

CONTRIBUIÇÕES DO PEDAGOGO PARA O PLANEJAMENTO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO

Luciana Barbosa da Silva ¹
Edlamar Oliveira dos Santos ²

RESUMO

Este estudo apresenta o resultado da etapa exploratória do projeto de pesquisa de mesmo título, do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFPE. Nele discorremos acerca de quem é o pedagogo e sua atuação nos institutos federais, dando destaque as contribuições deste profissional em relação ao planejamento curricular do Ensino Médio Integrado. Quanto ao processo metodológico, este se constitui como uma pesquisa qualitativa, sendo realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e estudo exploratório. Para a composição do referencial teórico, utilizamos estudos de Libâneo (2010), Franco (2016), Pinto (2011), Brandt et al. (2014), Machado (2010), Ramos (2014), entre outros. Os resultados apontam a importância desse profissional no âmbito da educação profissional e tecnológica, sendo este um articulador dos processos pedagógicos e que este contribui para o planejamento curricular, uma vez que participa de todo o processo de construção, trazendo conhecimentos pedagógicos, estimulando a participação dos diferentes setores correlatos, com destaque para os docentes, pelo fato do currículo ser um documento que embasa prática docente.

Palavras-chave: Pedagogo, Ensino Médio Integrado, Planejamento curricular.

INTRODUÇÃO

Vivemos em um período de intensas mudanças promovidas pelo desenvolvimento tecnológico e pela globalização. Aspectos estes que afetam o campo educacional e que, portanto, requerem deste, mudanças no sentido de melhorias na educação pública, para que a mesma tenha como premissa formar sujeitos críticos, reflexivos e transformadores.

Estas mudanças perpassam, entre outros fatores, pela formação e pelo trabalho que os profissionais desenvolvem no âmbito escolar. A prática pedagógica permeia as várias instâncias dos ambientes escolares, portanto não se restringe apenas ao fazer dos docentes em sala de aula. Desse modo, para o desenvolvimento de práticas cada vez contundentes com uma proposta de educação de qualidade, busca-se auxiliar aos docentes e discentes em suas necessidades, além de direcionar um olhar pedagógico aos documentos institucionais, como por exemplo, os currículos dos cursos, além de outras demandas consoantes ao pedagógico. Por isso, nesta pesquisa abordaremos o trabalho desenvolvido pelos pedagogos, profissionais não docentes, que atuam nos espaços escolares, aqui em destaque, os que atuam em Institutos Federais (IFs). Sobre a importância dos pedagogos Libâneo (2010, p. 62), nos fala que “a

¹ Estudante do curso de Mestrado em EPT – PE - IFPE, luciana.bs85@hotmail.com;

² Professora orientadora: Doutora, Instituto Federal de Pernambuco - IFPE, edlamar.santos@hotmail.com.

presença do pedagogo escolar torna-se, pois, uma exigência dos sistemas de ensino e da realidade escolar, tendo em vista melhorar a qualidade da oferta de ensino para a população.”.

O trabalho destes profissionais é tema de estudos e pesquisas no meio acadêmico, por isso conseguimos encontrar em plataformas e *sites* acadêmicos produções correlatas, mas quando se trata do trabalho dos pedagogos nos IFs, encontramos um número bem inferior de trabalhos, sendo este um dos aspectos que justifica a realização deste estudo.

De modo que este artigo apresenta os resultados da etapa exploratória, realizada com o intuito de aproximação do campo de estudo e dos sujeitos, do projeto de pesquisa do mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFPE, que se encontra em andamento e que tem como objetivo geral: Compreender as contribuições do pedagogo em relação ao planejamento curricular enquanto elemento estruturante da prática docente no Ensino Médio Integrado.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois esta “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2013, p. 70). Sendo esta uma etapa exploratória, podemos dizer que foi feito um recorte da realidade, a partir da aproximação do campo de pesquisa e do diálogo com os sujeitos pesquisados, que foram as duas pedagogas da instituição.

Como técnica de coleta de dados adotamos o questionário semiaberto, sendo a escolha por este, motivada pelo fato de que “os estudos de questionários têm por objetivo receber respostas comparáveis de todos os participantes.” (FLICK, 2013, p. 110). No entanto a aplicação acabou se transformando em entrevista, pois foi possível o diálogo com uma das pedagogas acerca das perguntas do questionário.

Além disto, também realizamos pesquisa bibliográfica visando embasar teoricamente o estudo e uma pesquisa documental realizada no site da instituição, na qual pesquisamos documentos como Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) do Ensino Médio Integrado, pelo fato do estudo estar relacionado a esta etapa de ensino.

DESENVOLVIMENTO

Quem é o pedagogo?

Traçar construções acerca do Pedagogo, profissional do campo da educação, requer de nós a compreensão de como a pedagogia se estruturou, desde o início até chegarmos aos dias atuais, considerando o contexto histórico e levando em conta aspectos culturais, econômicos e políticos.

A formação do pedagogo se dá através do curso de Pedagogia, que no Brasil, teve sua trajetória marcada por construções, rupturas e reformulações curriculares que se estabeleciam a partir do momento histórico, de aspectos sociais e das políticas públicas que se apresentavam. A criação do curso ocorreu na década de 1930 através do Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, que tratava da organização da Faculdade Nacional de Filosofia.

Inicialmente os cursos de Pedagogia apresentavam o modelo 3+1, no qual três anos eram dedicados ao bacharelado e um a licenciatura (SAVIANI, 2007). No entanto não ficava bem definido quais seriam as atribuições do pedagogo, visto que esta formação generalizada correspondia aos professores e os técnicos em educação, o que levou o curso a passar por reformulações. Segundo Silva (2003) a dificuldade em definir qual a função do curso e o destino dos egressos deste, é uma marca do curso que vem desde a sua constituição, que o acompanha como problema fundamental até hoje. Além disso, sua criação já apresentava uma separação entre a teoria e a prática, o par dicotômico tão confrontado até os dias atuais, aspecto este que podemos identificar na fala Silva (2003, p. 13) “Outro foco de tensão é o relativo à separação bacharelado-licenciatura, refletindo a nítida concepção dicotômica que orientava o tratamento de dois componentes do processo pedagógico: o conteúdo e o método.”.

No final da década de 1980 e anos 90 tivemos no Brasil um fortalecimento dos movimentos direcionados as reformas educacionais sendo que algumas alterações aconteceram em meados da década de 1990 com a promulgação da LDBEN – Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, embora pouco dela ter sido fruto da produção dos educadores (SAVIANI, 2003). Em seus artigos 61, 62 e 63 havia definições acerca da formação e da identidade desse profissional. Esses artigos foram modificados por novas leis. No artigo 64 encontramos atualmente a seguinte redação acerca dos profissionais que exercem atividades não docentes, incluindo o supervisor:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

As formulações apresentadas na lei suscitaram questionamentos, os quais abriram espaço para discussões por parte de educadores e de movimentos sociais, como por exemplo, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), visto que o proposto ia de encontro às concepções de formação de professores defendidas por entidades como a mencionada. Segundo Zuchine (2016, p. 23) a “ANFOPE desempenhou no Brasil, no final do século XX, o papel de reorganização dos educadores em núcleos de resistência e de crítica ao poder constituído, impedidor da democratização da educação.”, além disso, a associação defendia que os cursos de pedagogia deveriam ter como base a formação docente.

Após manifestações e muitas discussões foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (DCNP), homologadas pela Resolução nº 01/2006, baseada em dois Pareceres: CNE/CP nº 005/2005 e nº 003/2006. Conforme o documento:

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade Normal e com cursos de Educação Profissional, na área de serviços de apoio escolar, bem como outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A formação oferecida abrangerá, integralmente a docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas de instituições de ensino geral, e a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas. (DCNP, 2006, p. 6).

Diante das discussões traçadas até aqui acerca da formação do pedagogo, apresentamos agora a definição de Libâneo (2010, p. 52), segundo este autor

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica.

Observamos que o autor ao falar de prática educativa deixa o termo bastante amplo, pois de fato o pedagogo pode atuar em diferentes setores das instituições escolares bem como em espaços não escolares como empresas, hospitais, sindicatos, ente outros, visto que a prática educativa não está restrita as instituições formais de ensino. Dentro do ambiente escolar ele pode desenvolver o trabalho como docente, exercendo suas atividades diretamente na sala de aula ou não docente, atuando em setores como coordenação, gestão ou orientação educacional, entre outros cargos, como por exemplo, o de Técnico em Assuntos Educacionais - TAE (cargo das instituições da rede federal de ensino). Dependendo do cargo seu trabalho recebe direcionamentos diferentes. Aqui trataremos do pedagogo em sua atuação não docente, como um articulador do trabalho pedagógico. Essa função recebe diferentes denominações como: pedagogo escolar, coordenador ou supervisor pedagógico (PINTO, 2011).

Segundo Macedo (2016) o fato da coordenação pedagógica apresentar em seu histórico características de atuação supervisora cuja função era de fiscalização e controle, atualmente se depara com o desafio de conseguir se firmar com uma nova roupagem, o que suscita a necessidade de questionamento sobre seu papel, características e o perfil do profissional para exercício desta função, refletindo sobre a afirmação de uma identidade própria.

Quanto ao perfil desse profissional podemos dizer que não é algo estático, definido desde sua criação, pois o curso de pedagogia sofreu alterações ao longo das décadas o que implicou também em alterações com relação ao perfil do pedagogo. A forma como se constitui na atualidade também diz do modo como concebemos a escola e os profissionais que nela atuam, perpassando pelas relações que nela se estabelecem. Conforme Brzezinski (2012, p. 15),

[...] é possível reconhecer que o perfil identitário do Pedagogo contemporâneo vai se construindo nas mediações estabelecidas na teia das relações humanas, surgindo do eu e torna-se nossa, porque passará a ser socialmente aceita, razão ainda da sua incompletude que requer maiores estudos e pesquisas.

Isso perpassa pela concepção de escola que temos e que almejamos, bem como das práticas pedagógicas desenvolvidas nela, perpassando pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições, pela prática docente, discente, gestora e curricular. Uma escola pública, gratuita, de qualidade, compromissada com uma formação para a vida em sociedade e também para o mundo do trabalho, cujos profissionais que nela atuam compartilham estes ideais e lutam pelo fortalecimento e reconhecimento social desta. Desse modo cada um tem um papel importante na escola, sendo assim

O espaço que o Pedagogo possui deve ser preenchido com uma atuação comprometida com as mudanças exigidas pela sociedade, com o papel que a escola deve desenvolver na concretização, transformação, criação, recriação, integração e universalização do saber. (BRANDT et al., 2014, p.68 -69).

Diante dessa perspectiva, este profissional precisa atuar não como um mero reproduzidor, pois precisa ir desconstruindo os resquícios dessa visão que se tem do seu trabalho. Assim, sendo um sujeito criativo, capacitado, compromissado, um articulador das práticas pedagógicas possivelmente construirá um novo perfil profissional.

Atuação do Pedagogo nos IFs – um olhar direcionado ao planejamento curricular

O pedagogo faz parte do quadro de técnico-administrativos em educação da rede federal de ensino. A descrição do cargo foi dada pelo Ofício Circular nº 15/2005 CGGP/SAA/SE/MEC, que apresentava a seguinte descrição sumária para o cargo

Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2005).

O ofício traz ainda um detalhamento das atividades do pedagogo, que apesar da denominação em que se enquadra – técnico-administrativo, desenvolve atividades próximas as de um coordenador pedagógico, por isso trazemos aspectos de produções científicas correlatas a coordenação pedagógica. Dentre as atividades descritas no ofício, destacamos: o estudo de medidas para melhoria dos processos pedagógicos, a elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais, a participação na revisão dos currículos e na divulgação de atividades pedagógicas (BRASIL, 2005). Vemos relação destas com as considerações que Brandit et al. (2014, p. 73) trazem sobre as atividades a serem desenvolvidas por estes profissionais. Para as autoras,

O Pedagogo que atua na educação profissional precisa ter, além do conhecimento básico sobre a escola, conhecimento sobre a legislação que a rege e sobre o desenvolvimento humano, além de habilidades e competências, tais como: ser pesquisador da realidade escolar; ser capaz de fazer a releitura do seu cotidiano, de promover mudanças necessárias – enfatizando para isso o trabalho cooperativo, criando novos horizontes e possibilidades para a escola –, de abrir possibilidade de diálogo entre o grupo, de orientar seus colegas na construção coletiva da proposta pedagógica que dará identidade à escola; ter competência teórica para orientar o processo pedagógico na escola; enfim, ser articulador do processo pedagógico e da construção do Projeto Pedagógico dos Cursos.

Ao pleitear o cargo de pedagogo em um IF, o profissional tem suas atribuições direcionadas a partir do edital do concurso que realiza, desse modo ele ingressa na instituição ciente do trabalho que precisa realizar. Todavia, isso não é algo delimitado, pois o contexto com o qual se depara não é estático, está em constante renovação, o que requer estudo, preparo e atualizações para acompanhar não só as demandas internas, mas também as que competem ao campo social. Segundo Brandt et al. (2014, p. 68),

o pedagogo dos IFs executa a função de supervisão, com a proposta definida de organizar e sistematizar os diversos conhecimentos, saberes e princípios educativos advindos do processo de ensino e aprendizagem, de modo a contribuir com a transformação de uma educação de melhor qualidade.

O trabalho desenvolvido nestes espaços não difere por completo das demais instituições escolares, uma vez que o pedagogo precisa ser um articulador do fazer pedagógico procurando planejar suas ações de modo colaborativo, envolvendo os diferentes segmentos da instituição. Destacamos o aspecto da coletividade como algo extremamente importante, de modo que suas ações não podem ser isoladas porque

Em suma, um coordenador pedagógico sozinho, por mais competente que seja, não conseguirá imprimir as marcas de uma dinâmica pedagógica, se a instituição e seus contornos administrativos/políticos não estiverem totalmente comprometidos, envolvidos e conscientes dos princípios pedagógicos que o grupo elegeu para conduzi-los. (FRANCO, 2016, p. 27)

Assim, coordenar o pedagógico não é uma tarefa tão simples e sua complexidade se dá por envolver clareza de posicionamentos de âmbito político, pedagógico, pessoais e administrativo (FRANCO, 2016).

Diante disto podemos falar que a relação que o pedagogo estabelece com os educadores, tendo em vista que o trabalho precisa ser desenvolvido em parceria, carece ter como base o diálogo, pois estes desejam algo em comum que é o aprendizado dos estudantes. Conforme afirma Pinto (2011, p. 153)

[...] a atuação do pedagogo junto ao professor só faz sentido se não perder de vista que seu fim último é a melhoria da aprendizagem dos alunos. E é justamente por acreditarmos nesse princípio que defendemos a ideia de que a principal atribuição do pedagogo escolar é dar suporte organizacional e pedagógico aos professores.

Entendemos o currículo como um elemento que pode oferecer este suporte a prática docente, quando pensado e construído junto aos professores, sendo o pedagogo um mediador desse processo de construção. Desse modo, observamos ser imperioso ao desenvolvimento de sua atividade cotidiana o pedagogo manter uma estreita relação com os professores, buscando ser colaborativo com os fazeres destes.

O Ensino Médio Integrado tem como proposta a integração da formação técnica com a formação geral, numa perspectiva de formação humana e integral dos estudantes, articulando os eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura, os quais detalhamos abaixo

O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (BRASIL, 2007, p. 40-41)

Contudo para que essa integração aconteça as práticas pedagógicas no âmbito das instituições precisam caminhar nesta direção, sendo necessário então,

[...] construir uma proposta de Ensino Médio integrado que supere a mera justaposição dos componentes geral e específico dos currículos, sem cair no engodo de projetos com reduzida sistematização do conhecimento e a negar a necessidade de formação teórica para os trabalhadores, mediante uma rigorosa articulação entre teoria e prática, a partir da prática social e dos processos de trabalho. (KUENZER, 2010, p. 868)

Os IFs têm em seu quadro, docentes que por vezes não tiveram formação pedagógica, pois atuam na parte de formação específica, direcionadas a profissionalização. De modo que

uma parte dos professores do ensino técnico tem formação em bacharelado ou tecnólogos, alguns com formação pedagógica complementar. Assim o pedagogo precisa estar próximo a esses profissionais, acompanhando suas práticas, como nos fala Orsolon (2012, p. 20)

O coordenador pode ser um dos agentes de mudança das práticas dos professores mediante as articulações externas que realiza entre estes, num movimento de interações permeadas por valores, convicções, atitudes; e por meio de suas articulações internas, que sua ação desencadeia nos professores, ao mobilizar suas dimensões políticas, humano-interacionistas e técnicas, reveladas em sua prática.

Desse modo o pedagogo desenvolve ações visando a articulação entre teoria e prática e as categorias educação e trabalho, constituintes não só dessa etapa de ensino, mas da formação dos sujeitos de forma geral. Esse olhar direcionado a não fragmentação do saber e sim a integração dos conhecimentos técnicos e científicos, sem que um seja considerado mais importante que o outro, diz da construção de um currículo interdisciplinar e contextualizado, que também considere os saberes dos estudantes. Diante disto,

[...] faz-se necessário selecionar e organizar conteúdos que viabilizem o conhecimento da realidade vivida e das experiências desses sujeitos, que reafirmem seu potencial de protagonistas da história e da cultura. O processo educativo da modalidade do ensino integrado pode, para tanto, recorrer a propostas de ação didática que dialoguem e contribuam para o desenvolvimento de formas organizativas de alunos e professores que sejam instâncias mediante as quais possam contribuir para intervir na realidade social em que vivem. (MACHADO, 2010, p. 89).

Isso porque “O currículo integrado organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender.” (BRASIL, 2007, p. 42). Como visto, este é um documento revelador de identidades, não só de quem o constrói, mas também dos sujeitos que se pretende formar.

Também não basta apenas colocar no currículo, é preciso que se execute, pois consideramos que “a interdisciplinaridade é uma necessidade e até uma estratégia também, nesse sentido de integrar.” (RAMOS, 2014, p. 27). Tais proposituras nos remetem a momentos de encontro, de discussão, de estudo, que podem ser pensados e implementados pelo pedagogo.

Corroborando com esta percepção, trazemos a fala de Franco (2016), pois conforme a autora compete a coordenação pedagógica fazer a organização de espaços, tempos e processos que levem em consideração:

a) que as práticas educativas e pedagógicas só poderão ser transformadas, a partir da compreensão dos pressupostos teóricos que as organizam e das condições dadas historicamente;

b) que a prática, como atividade sócio-histórica e intencional, precisa estar em constante processo de redirecionamento, com vistas a se assumir em sua responsabilidade social crítica; (FRANCO, 2016, p. 20)

Como um profissional que estabelece o elo entre as vertentes que norteiam as práticas pedagógicas, com destaque aqui para aos aspectos ligados ao planejamento curricular percebemos que o pedagogo precisa constantemente buscar aperfeiçoar-se para poder atender as demandas correlatas a sua função. As quais cabe salientar, não estão restritas apenas ao aspecto enfatizado neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas dadas pelas pedagogas nos fazem perceber que as atividades desenvolvidas por este profissional em um IF são bastante diversas como: assessoria à direção de ensino, geral e da coordenação dos cursos, participação nos conselhos, comissões e fóruns, atendimento e orientação pedagógica, atuação na equipe multiprofissional, entre outras. Diante de tais fatos precisamos considerar a relevância desse profissional buscar mecanismos que o ajudem no desenvolvimento de suas ações, no aprimoramento de seu fazer, pois “O pedagogo que exerce a supervisão nos IFs deve estar preparado teoricamente e metodologicamente para que possa superar os desafios e dificuldades.” (BRANDT et al., 2014, p. 70).

Quando questionadas acerca da sua participação nos processos de elaboração dos currículos, disseram que esta é de ordem obrigatória e que acontece desde o processo inicial de construção ou reelaboração até o parecer final. Fato que é passível de observação, pois ao consultarmos os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) no site da instituição, todos apresentam como membro da comissão de elaboração, um pedagogo. Além disso, relatam que promovem ações de estímulo a participação dos segmentos na construção destes documentos, apresentam propostas que atendam ao perfil do curso e da instituição, bem como trazem os aspectos da legislação e regulamentações vigentes.

Assim, é possível compreender que este profissional apresenta contribuições consoantes ao planejamento curricular, entendendo este como um elemento que pode repercutir na prática docente. Desse modo é necessário que os currículos estejam comprometidos com uma formação ampla dos sujeitos e podem ser orientado por princípios como a contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social (ARAÚJO; FRIGOTTO, 2015).

Além disso, as ações das pedagogas como visto acima se dão no processo de elaboração do currículo, mas também após a sua finalização, quando auxiliam pedagogicamente os docentes, visto que ambos pautam suas ações no currículo, o pedagogo no acompanhamento e colaboração para o fazer o docente e este para que sua prática atenda as premissas da oferta de uma educação de qualidade.

Sendo então, o pedagogo a pessoa que faz as articulações necessárias para que os processos pedagógicos aconteçam, precisa planejar as ações que irá desenvolver, traçando um projeto de trabalho, pois sabemos que a dinâmica das instituições escolares é bem intensa, e nos institutos não é diferente. Ao serem questionadas sobre as limitações para realização das atividades enquanto pedagogas apresentaram o fator tempo, em virtude da amplitude de atribuições e a dinâmica dos processos.

Sobre isto destacamos a importância do plano de trabalho, trazendo a fala de Almeida (2012), pois esta autora nos diz que é preciso selecionar alternativas correlatas ao que se pretende atingir, como realizará e quanto disso conseguiu atingir, partindo de três decisões: pensar sobre as modificações que sua proposta ocasionará, o que pretende fazer para atingir os objetivos e o como saber se a proposta foi adequada - através da avaliação dos objetivos e dos meios. Sobre o planejamento de suas ações, nos falaram que é construído um plano de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo exploratório desenvolvido por meio de análise de documento e realização de questionário/entrevista com as pedagogas da instituição participante da pesquisa evidenciou a importância do pedagogo no espaço escolar, entendendo que este é um profissional necessário nestes espaços formativos pelas ações de articulação dos processos pedagógicos, que promove junto aos diversos setores da instituição. Estas ações podem promover melhorias na instituição, repercutindo na qualidade da educação que é ofertada aos jovens que estão concluindo a educação básica.

O Ensino Médio Integrado traz uma perspectiva de currículo integrado, sendo este algo que se apresenta como um desafio, desde a elaboração a sua execução e para que este não venha a ser um documento descontextualizado da realidade institucional e do público que ela atende ou apenas construído, mas que não é vivenciado, conta-se com o trabalho do pedagogo, que atua nos processos de construção e vivência deste.

Desse modo, demos destaque para as contribuições do pedagogo quanto ao planejamento curricular, porque o currículo é um documento que traz direcionamentos para os

cursos da instituição, bem como para o desenvolvimento da prática docente. E tanto a elaboração do currículo quanto a prática docente são demandas relacionadas à função do pedagogo. As ações do pedagogo vão além do estímulo aos docentes a participarem do processo de elaboração/revisão do currículo, dizem respeito também a colaboração para implementá-lo, contribuindo assim para uma prática docente cada vez melhor. Assim é pertinente que se busque compreender melhor a temática levantada neste estudo ou aspectos dela derivados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Um dia na vida de um coordenador pedagógico de escola pública. *In: PLACCO, V. M. N. S.; ALMEIDA, L. R. (org.). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 21-46.

ARAÚJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. *Práticas pedagógicas e ensino integrado*. Revista Educação em Questão, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BRANDT, A. G.; NASCIMENTO, F. S. C.; MAGALHÃES, N. R. S.; SILVA, M. C. *O trabalho do pedagogo nos IFs: uma busca pela qualidade da educação profissional tecnológica*. Revista EIXO, Brasília - DF, v.3 n.1, Janeiro – Junho de 2014. p. 67-74.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Encaminha a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público*. Ofício Circular nº 015/2005/ CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalgpp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BRASIL. Resolução nº 01/2016. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 maio 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio*. Documento Base, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRZEZINSKI, I. Políticas de formação inicial e continuada de professores. *In: LEITE, Y. U. F.; MARIN, A. J.; PIMENTA, S. G.; GOMES, M. O.; REALI, A. M. M. R. (org.). Políticas de formação Inicial e Continuada de Professores*. Livro 3. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin Editores, 2012.

FLICK, U. *Introdução à Metodologia de Pesquisa: Um guia para iniciantes*. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Penso, 2013.

FRANCO, M. A. S. Da pedagogia à coordenação pedagógica: um caminho a ser re-desenhado. In: FRANCO, M. A. S.; CAMPOS, E. F. E. (org.). *A coordenação do trabalho pedagógico na escola: processos e práticas*. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016. 142 p. *e-book*.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, jul-set. 2010.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACEDO, S. R. B. Coordenação Pedagógica: conceito e histórico. In: FRANCO, M. A. S.; CAMPOS, E. F. E. (org.). *A coordenação do trabalho pedagógico na escola: processos e práticas*. Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2016. 142 p. *E-book*.

MACHADO, L. R. S. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, J. e colaboradores. (org.). *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. p. 80-95.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ORSOLON, L. A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M.. N. S. (org.). *O coordenador pedagógico e o espaço da mudança*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2012. p. 17-26.

PINTO, U. A. *Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional*. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, M. N. Ensino Médio Integrado: da conceitualização à operacionalização. *Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES*. Vitória, ES. A. 11., v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014.

SAVIANI, D. *A nova lei da Educação: LDB trajetórias, limites e perspectivas*. 8. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. *Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia: trajetória longa e inconclusa*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 130, Jan./Abr. 2007.

SILVA, C. S. B. *Curso de Pedagogia no Brasil: história e Identidade*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

ZUCHINI. A. T. F. S. *O perfil profissional do pedagogo a partir dos documentos da ANFOPE: contribuições para o campo da Pedagogia*. 2016. 103 f. Dissertação (Dissertação mestrado) - Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2016.